

DESTAQUES DE BRASÍLIA

- Governo tem tratativas para importar diesel da Rússia em até 60 dias
- Votação da PEC dos Benefícios na Câmara hoje às 13:55
- Em busca de acordo para votação da LDO, sessão do Congresso é suspensa e volta hoje às 10h
- Congresso repudia violência política, e reação de Bolsonaro expõe divergências na campanha

Governo tem tratativas para importar diesel da Rússia em até 60 dias

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta segunda-feira que está **"quase certo" um acordo para o Brasil importar diesel da Rússia**. Bolsonaro afirmou que a previsão é que o combustível chegue em dois meses e que seria "bem mais barato", mas não detalhou os valores. A medida é uma aposta para reduzir o custo do diesel, que não teve no preço final o mesmo impacto da redução de ICMS da gasolina e do álcool. **O imposto cobrado pelos Estados no diesel já era inferior ao limite de 17%** definido a partir deste mês para serviços considerados essenciais.

A **entidade que representa importadores de combustíveis reagiu, no entanto, com ceticismo** à declaração do presidente, lembrando que negociações com a Rússia são cercadas de dificuldades.

Sergio Araujo, presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), afirmou ontem ao Valor que as **empresas associadas não estão negociando com refinadores da Rússia**. "Existem muitos óbices operacionais devido à sanção estabelecida" por causa da guerra, disse. Araujo afirmou ainda que **o setor também não importava diesel da Rússia mesmo antes das sanções, por questões como a oferta de diesel do Golfo do México, custo com frete e tempo de viagem**. "Não sei como poderão ser superadas as dificuldades geradas pelas sanções", resumiu Araujo.

Além disso, a compra de derivados de petróleo é feita por meio de traders. As empresas do segmento que atuam no Brasil, mas têm **sede nos EUA ou na Europa, não podem fazer negócios com a Rússia em razão das sanções econômicas impostas após a invasão da Ucrânia**.

Por outro lado, dados do Ministério da Economia mostram que, apesar da guerra, que começou em fevereiro deste ano, **o Brasil aumentou em, 91,8% suas importações da Rússia no primeiro semestre desde ano**. Do total de itens comprados daquele país, 77% são adubos e fertilizantes, com expansão de 172% das aquisições pelo Brasil. **Já as compras de óleos combustíveis subiram 145%**. ([O Globo](#) / [Valor](#))

Votação da PEC dos Benefícios na Câmara hoje às 13:55

A votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Benefícios está marcada para acontecer **nesta hoje (12), às 13h55, no plenário da Câmara dos Deputados**. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), adiou a votação na semana anterior, após o texto ter sido aprovado pela comissão especial da Casa, com ressalvas dos deputados da oposição.

A PEC dos Benefícios estabelece alguns subsídios à população como a criação de um auxílio de R\$ 1 mil a caminhoneiros e um auxílio ainda sem valor definido a taxistas, além da ampliação do Auxílio Brasil para R\$ 600 mensais, e o vale-gás para cerca de R\$ 120 a cada dois meses, entre outros pontos. **O projeto gera R\$ 41,25 bilhões de despesas excepcionais até 31 de dezembro.** Para ser aprovado em plenário, o texto precisa ter o apoio de pelo menos três quintos dos parlamentares (**308 dos 513 deputados**), em dois turnos de votação. ([CNN](#))

Em busca de acordo para votação da LDO, sessão do Congresso é suspensa e volta hoje às 10h

Em busca de um acordo para votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, suspendeu a sessão do Congresso de ontem (11) e informou que a sessão será retomada nesta terça-feira (12), às 10h. **A suspensão veio após o anúncio da retirada do texto da medida que tornava impositivas as emendas de relator e de um impasse sobre a possibilidade de votação do projeto da LDO de 2023 (PLN 5/2022) antes da análise de vetos presidenciais.**

A LDO aponta as prioridades do governo para o próximo ano e orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual. O texto aprovado na Comissão Mista de Orçamentos (CMO) estabeleceu que as emendas de relator, chamadas de RP-9, devem ser impositivas, isto é, pagas obrigatoriamente pelo governo. Mas o **relator, Marcos do Val (Podemos-ES), recuou após reunião entre líderes nesta segunda-feira e retirou a impositividade do texto.**

O senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) considerou que a mudança feita por Marcos do Val no relatório é insuficiente para acabar com a impositividade das emendas de relator. Ele cobrou a retirada de outros trechos do parecer. Segundo Guimarães, para retirar a impositividade, não basta retirar o 81-A, é preciso que se retire também o art. 13, onde está dito que o Executivo terá que fazer uma reserva de recursos da ordem dos 16 bilhões para pagar RP9. ([Agência Senado](#))

Congresso repudia violência política, e reação de Bolsonaro expõe divergências na campanha

A cúpula do Congresso reagiu nesta segunda-feira (11) com manifestações de repúdio a atos de violência política no país **depois do assassinato do guarda municipal petista Marcelo de Arruda pelo policial penal bolsonarista Jorge José da Rocha Guarinho, em Foz do Iguaçu (PR).**

A ala política do governo e correligionários do centrão chegaram a pedir, sob reserva, um posicionamento mais firme do presidente Jair Bolsonaro (PL) com recados para uma pacificação. Expondo divergências na campanha, porém, **o chefe do Executivo evitou endossar a sugestão e tentou propagar um discurso atrelando práticas violentas à esquerda.** ([Folha](#))

Lorena Laudares | Mestre em Ciência Política

(21) 98115-6831 - lorena.laudares@orama.com.br

destinatários. Este material é destinado à circulação exclusiva para a rede de relacionamento da Órama Investimentos, incluindo agentes autônomos e clientes, podendo também ser divulgado no site e/ou em outros meios de comunicação da Órama. Fica proibida sua reprodução ou redistribuição para qualquer pessoa, no todo ou em parte, qualquer que seja o propósito, sem o prévio consentimento expresso da Órama.